

## CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

José Pedro SIMÕES\*

- RESUMO: A bibliografia brasileira de serviço social tem pouco investimento na apreciação da história da formação de seus cursos profissionais. A maior ênfase recai na gênese da profissão e circunscreve-se aos dois primeiros cursos que são o ponto de partida da profissionalização da assistência social no Brasil. No entanto, não houve um esforço da categoria na análise da formação dos demais cursos nas décadas seguintes e tampouco um acompanhamento do perfil profissional. O presente artigo visa apresentar os números dos cursos de serviço social existentes no Brasil, dando ênfase à separação entre cursos públicos e privados.
- PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Ensino Superior; História do Serviço Social.

A historiografia que trata do surgimento das Escolas de Serviço Social é consensual em relação a quais aos primeiros cursos no Brasil e das influências que eles tiveram em suas origens (CARVALHO; IAMAMOTO, 1982, VIEIRA, 1985 e BACKX, 1994). A Igreja Católica teve uma ação efetiva participação na consolidação das primeiras Escolas que surgiram, sendo São Paulo (1936) e Rio de Janeiro (1937) as primeiras cidades onde se localizaram os cursos.

Estas duas constatações (de data e local e influência) não são suficientes para explicar como foi o processo de crescimento e consolidação dos cursos de Serviço Social no Brasil. Elas não respondem qual o investimento público e privado, ou seja, do Estado e das iniciativas privadas, principalmente, religiosas e católicas, para a consolidação de um mercado de formação profissional para assistentes sociais.

A importância da religião na formação profissional e no início das atividades de formação dos agentes profissionais de Serviço Social é, ao mesmo tempo, super e sub dimensionada na historiografia profissional. No primeiro caso, a impressão que se tem do processo de surgimento das Escolas é o de uma exclusividade de iniciativas religiosas no período, criando uma

---

\* Doutor em Sociologia (IUPERJ) e Mestre em Serviço Social (UFRJ) – Botafogo – RJ - CEP: 22.290-190 E-mail: jpsimoes@ess.ufrj.br.

forte identidade entre religião (católica) e Serviço Social na gênese da formação profissional no Brasil. Portanto, sub dimensiona-se o importante papel que o Estado desempenhou neste processo. Por outro lado, ressalta-se pouco (e, por isso, também se sub dimensiona) a importância que a religião, incluindo as iniciativas cristãs (católicas e protestantes) e não cristãs, tiveram no surgimento do Serviço Social não só no Brasil, em todo o mundo (SIMÕES, 2005).

Vale ressaltar que durante, praticamente, vinte anos (de 1936 à 1957) as Escolas de Serviço Social formavam seus profissionais para uma profissão que ainda não estava legalmente regulamentada. O próprio ensino do que seria específico para formação profissional, caracterizando o *expertise* da profissão só terá validação legal em 1953 (VIEIRA, 1969). Portanto, o que se havia à época (década de 1930), no Brasil, era uma ação da Igreja buscando qualificar (entenda-se, profissionalizar) seus quadros. Por isso, o protagonismo das ações da Igreja na criação dos cursos. Estas iniciativas só terão completo êxito duas décadas depois com as regulamentações do ensino e da profissão de Serviço Social.

O texto a seguir mostra o surgimento dos cursos de serviço social no Brasil, tendo como parâmetro principal, a política educacional brasileira. A história do Brasil é dividida nos períodos: 1930-1945; 1946-1963; 1964-1979; 1980; 1994; 1995-2005 e em cada período é analisada a dinâmica de criação dos cursos, dando ênfase no caráter público e privado dos cursos, no seu caráter confessional e não confessional e na distinção entre cursos diurnos e noturnos.

#### \* Período 1930-1945

Entre 1930 e 1945 o ensino de Serviço Social já vinha sendo ministrado em 10 cursos espalhados pelo Brasil (Amazonas (1), Bahia (Salvador, 1), Paraná (1), Pernambuco (1), Rio de Janeiro (4), Rio Grande do Norte (1) e São Paulo (1)). A iniciativa de criação destes cursos não é exclusivamente religiosa, ao contrário, há uma prevalência das iniciativas públicas em relação às privadas. Mais da metade (7) dos cursos criados estão localizados em universidades federais e estaduais, duas em instituições claramente católicas e uma em instituição privadas cuja influência religiosa é difícil de precisar (Faculdade Paulista de Serviço Social).

Portanto, no final dos anos de 1930 e durante os anos 1940 havia um reconhecimento social, incluindo-se do Estado, da necessidade de se expandir os cursos de Serviço Social, qualificando os profissionais da área.

Os anos do Governo Vargas (1930-1945) marcam a crença de que a educação seria capaz de mudar a mentalidade e a alma das pessoas, sendo um caminho para o progresso. A proposta era de reformulação do ensino superior no país, substituindo as escolas autônomas por universidades que contivessem espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa, além da formação profissional.

O modelo proposto pela reforma educacional elaborada em 1931 era baseado no sistema italiano, com forte inspiração fascista, modificado por inovações de inspiração norte-americana e basicamente público e não confessional. Esta primeira legislação universitária no país que visava combinar as escolas profissionais ao estilo francês com a influência italiana de pesquisa e estudo das ciências puras e também de formação de professores para as escolas médias.

O regime Vargas adotou uma noção de que a sociedade deveria ser organizada através de corporações hierarquicamente dispostas, que incluíam os sindicatos de trabalhadores, os sindicatos patronais e as profissões. Cada profissão teria seus próprios pré-requisitos educacionais, a serem providos ou atestados pelo Estado através de faculdades devidamente autorizadas e supervisionadas, e todos os trabalhadores, empresários e profissionais teriam de pertencer a uma entidade específica, também supervisionada pelo Estado. Para a educação, o resultado desta política foi o prêmio que passou a ser pago pela posse de credenciais escolares e universitárias, criando uma tensão entre os que tentavam obtê-las com os menores custos e investimentos e o Estado e as entidades profissionais que tentavam controlar e limitar a distribuição destes títulos.

Para viabilizar tal concepção, segundo Schwartzman (2005), há um pacto entre o governo federal e a Igreja Católica conservadora, delegando a esta última o poder de reorganizar a educação brasileira. Este pacto gerou muitos conflitos e debates entre os intelectuais (educadores) da época, uma vez que as posições defendidas iam desde o ultramontanismo católico, de Alceu Amoroso Lima, ao marxismo de Paschoal Leme. Sob a égide

do Ministro Capanema, o ensino no Brasil, assume valores mais nacionais e conservadores do que propriamente doutrinários.

Na análise de Durham (2005) o que há nesta época entre Estado e Igreja é a tentativa desta última em estabelecer, no Brasil, uma hegemonia no ensino superior, semelhante a que obteve em outros países católicos. Ela desejava poder organizar, com financiamento público, a primeira universidade brasileira em troca de apoio político ao regime varguista. Apesar dos diversos benefícios e concessões que auferiu do regime, como a implantação do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja não conseguiu que houvesse o financiamento público das instituições confessionais. Predominou, no período do nascente ensino superior brasileiro, *pari passu* com a criação de escolas privadas confessionais e não confessionais (posteriores a 1889), o surgimento de um conjunto de instituições públicas não confessionais, de inspiração francesa, seguindo a tradição monárquica e republicana brasileira.

O governo varguista instituiu as universidades no Brasil e normatizou a forma de todas as instituições universitárias que viessem a ser criadas, não eliminando, entretanto, as escolas autônomas. A legislação previa também a liberdade da iniciativa privada para a constituição de estabelecimentos próprios, estando sob a supervisão do governo. Há neste período, um retorno a tendência centralizadora do período monárquico, não mais expresso na criação e manutenção das instituições de ensino, mas no controle burocrático dos mesmos, através de uma normatização e supervisão de todo o sistema.

Uma característica das universidades surgidas no período é que ela consistia, simplesmente, na união de estabelecimentos já existentes. Cada curso mantinha, assim, autonomia frente aos demais e mantinha o poder de deliberar sobre temas, como o ingresso de alunos para a carreira. Desta forma, os cursos universitários eram semelhantes aos não universitários, tendo os diplomas o mesmo valor quer obtidos em estabelecimentos universitários ou não.

O contexto de formação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil devem ser entendidas dentro da reação católica, já devidamente mapeada pela historiografia profissional, mas também dentro do contexto educacional brasileiro, como visto. Desta forma, alguns elementos merecem destaque: primeiro, a

ação da Igreja no período visava muito mais que uma simples profissionalização do laicato, mas ter o protagonismo no ensino no Brasil, incluindo o superior; segundo, a formação dos cursos públicos de Serviço Social nesta época não significaram uma formação, necessariamente, distinta dos privados e confessionais. Isso se deve a algumas razões.

Primeiro, a influência do governo varguista está bem afinada com o ideário católico e conservador, predominante no Serviço Social da época, embora, como visto, sem um cunho explicitamente confessional. Explicitamente, porque (este é o segundo argumento) a literatura do Serviço Social, assim como a própria concepção da profissão predominante, bem como os próprios profissionais tinham uma forte influência religiosa. Portanto, embora não confessional o ensino do Serviço Social, nas instituições públicas da época estava embebido em um *ethos* religioso.

Um último ponto para reflexão é que a formalização dos cursos e estabelecimento dos diplomas profissionais, criando uma distinção entre assistentes sociais e voluntários (religiosos e não religiosos), deve-se a concepção varguista de ensino, de sua concepção de mercado de trabalho e de modernização da economia nacional. São estas que propiciam o estabelecimento do *status* profissional aos cursos de Serviço Social nascentes, antes mesmo que o ensino fosse definido e a profissão de Serviço Social fosse constituída enquanto tal, como visto anteriormente.

Nota-se, então, que no Brasil, a presença das diretrizes do Governo Vargas são decisivas no delineamento da estrutura do ensino universitário em geral, e do Serviço Social em particular. Assim também são decisivas para a constituição das categorias profissionais e da crescente profissionalização e qualificação da mão-de-obra nacional. O estabelecimento do diploma (credencialismo), como política governamental, é uma forma de o Estado criar a própria sociedade e a economia moderna no período, fechando o mercado para os habilitados e estabelecendo critérios meritocráticos<sup>1</sup> para alcançá-los<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Uma análise das concepções meritocráticas no Brasil encontra-se em Barbosa (1999).

<sup>2</sup> Uma análise detalhada do período varguista encontra-se em Vianna (1999).

### \* Período 1946-1963

Nos anos 1946-1963, o país passa a contar com mais 24 cursos de Serviço Social (contra os 10 criados no período anterior), sendo 12 em instituições públicas federais e estaduais e 12 em instituições privadas, sendo 7 católicas e 5 privadas, sem identificação religiosa. Portanto, o número de cursos cresce 240% em relação ao período anterior. Em ambos os períodos há uma prevalência de cursos públicos, seguidos dos religiosos católicos e só minoritariamente aparecem cursos privados sem identificação religiosa. Segue-se, assim, uma tendência de maioria dos cursos públicos e um menor número de instituições explicitamente católica.

A expansão dos cursos de Serviço Social, nesta época, está próxima à expansão do ensino superior no Brasil. O número de estudantes, em 15 anos, praticamente dobra, passando de 41 mil para 95 mil (crescimento de 230%), ajustando-se à demanda crescente dos setores médios em expansão no país. É neste período que a rede de universidades federais se forma, assim como surgem outras instituições menores, estaduais, municipais e particulares, em todas as regiões do país. Entretanto, o crescimento ocorrido foi incapaz de absorver o aumento de demanda por ensino superior que caracteriza o final deste período.

Particularmente, o crescimento das universidades federais se dá como uma reivindicação dos estados e é encaminhada pelos seus deputados. No entanto, os complexos universitários são constituídos através da encampação ou fusão de instituições preexistentes, em sua maioria privadas. Foi comum à época que escolas superiores criadas pelas elites locais fossem federalizadas. Essas novas universidades eram, na verdade, federações de escolas, presas a um ensino tradicional e rotineiro. Nestas instituições o corpo docente era improvisado sem nenhuma prática nem interesse pela pesquisa e desinformados sobre as universidades de outros países. Apesar disso, essas instituições representaram uma efetiva ampliação e diversificação dos cursos oferecidos. Particularmente, os cursos de Serviço Social já são oferecidos em 11 universidades federais, distribuídos em 10 estados, cobrindo todas as regiões do país.

As universidades públicas e gratuitas foram o alvo preferido de uma constante reivindicação pela ampliação de vagas. Criou-se um contingente de “excedentes”, constituído por alunos aprovados

nos exames de vestibular, porém que não ingressavam no ensino superior por ausência de vagas. Essa pressão passa a dar resultado nos anos sessenta com o crescimento das matrículas.

O movimento estudantil teve, à época, um importante protagonismo, principalmente, na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que se discutia na segunda metade dos anos 1950, prevista na Constituição de 1946. Os estudantes buscavam romper com a estrutura existente herdada do Estado Novo, buscando expandir as universidades públicas e gratuitas, a associação entre ensino e pesquisa e a vinculação com às classes populares na luta contra a desigualdade social.

Esta posição chocava-se com os interesses do setor privado, dominado por escolas superiores, de tipo tradicional, que temia um cerceamento em sua liberdade de expansão. Embora com algumas exceções, o setor privado caracterizava-se por ser muito pouco progressista em termos educacionais, mantendo uma educação tradicional e livresca, desinteressada por questões como qualificação docente e inovação curricular.

A LDB, votada em 1961, foi uma vitória dos setores privatistas e conservadores, derivando em uma preservação do sistema existente. A Lei preserva o *status quo* e visa estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior. Ela estabelecia que caberia ao Conselho Federal de Educação (órgão com representantes dos setores público e privado), entre outras atribuições, a autorização para abertura de novos cursos e instituições no setor privado. Ele transforma-se assim no objeto de pressão exercida pelo setor privado na defesa de seus interesses. Portanto, a tensão deste novo período não está mais entre instituições laicas ou confessionais, mas entre públicas e privadas.

Um último ponto a mencionar é a regionalização do crescimento das instituições de ensino data deste período. Enquanto o setor público distribui de maneira mais uniforme o número de instituições criados pelos estados, o setor privado concentra as instituições nas regiões sudeste e sul do país, devido a relação mais direta estabelecida entre ensino e mercado.

Praticamente metade dos cursos criados até então encontravam na região sudeste, em especial, nos estados do Rio de Janeiro (7 cursos, sendo 3 privados e 4 públicos) e São Paulo (7 cursos privados). A região nordeste congrega, nesta época, a segunda maior proporção de cursos (32,4%), ficando para as

outras três regiões a divisão dos 20% restantes. Veja a tabela abaixo:

**Tabela 1. Distribuição de Cursos de Serviço Social por regiões brasileiras, segundo a divisão entre ensino público e privado – 1930-1963**

Regiões Brasileiras	Privado		Público		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sudeste	11	32,4	5	14,7	16	47,1
Nordeste	1	2,9	10	29,4	11	32,4
Norte	0	0	3	8,8	3	8,8
Sul	1	2,9	1	2,9	2	5,9
Centro-Oeste	2	5,9	0	0	2	5,9
Total	15	44,1	19	55,9	34	100

Fonte: INEP (2005)

Algumas características da inserção dos cursos de Serviço Social pelas diversas regiões brasileiras precisam ser ressaltadas: primeiro, a região sudeste, além de comportar o maior número de cursos é também a que apresenta maior número de cursos privados (11 em 15, ou 73%, sendo 5 destes católicos); por outro lado, a região que mais congrega cursos públicos à época é a nordeste com mais da metade (53%) deles. Nas demais regiões, o curso de Serviço Social é praticamente desconhecido, devido ao baixo número de cursos por cada uma das regiões. Na região centro-oeste os cursos de Serviço Social só são conhecidos pelo resultado de iniciativas privadas (católica), enquanto na região norte é a iniciativa pública (federal) que inaugura os três cursos da região. Portanto, os cursos de Serviço Social deste período são predominantemente ministrados nas regiões nordeste e sudeste, com um caráter fortemente público, no primeiro caso, e mais privado que público, no segundo.

**\* Período 1964-1979**

Os anos da ditadura representaram a maior criação de cursos de Serviço Social até então registrada. Nos anos 1930-1945, a relação entre campus que criavam cursos de Serviço Social por

ano era de 0,66 cursos/ano; entre 1946 e 1963, a taxa sobe para 1,4 cursos/ano, chegando a 2,1 cursos/ano no período da ditadura militar (1964-1979). Portanto, são 31 novos cursos que se iniciam no período. E pela primeira vez, o número de instituições públicas (12) é inferior ao de privadas (19).

Novamente há uma concentração de cursos na região sudestes (58,1%), seguido pelas regiões sul e nordeste, com 16,1% do total (ou 5 curso por região). As regiões norte que já tinha, desde os períodos passados, baixo número de cursos de Serviço Social (3) não registra nenhum novo curso no período. Chama a atenção o número de campus privados na região sudeste (13, ou 42% de todos os cursos criados no período) e especialmente em São Paulo: 11 em 31, ou 35,5% do total.

O período da ditadura militar acarretou em muitas modificações para o ensino superior brasileiro e o aumento de instituições privadas operando foi uma delas. Uma das primeiras intervenções, entretanto, ocorreu com o afastamento de docentes considerados marxistas e aliados dos estudantes dos quadros universitários. Por mais de uma década as universidades foram consideradas focos de subversão e foram mantidas sob severa vigilância. É no pós-1968 que o regime militar derrota o movimento estudantil, prendendo suas lideranças e cassando os docentes.

É deste período que se gesta um modelo de universidade que servirá de parâmetro e modelo para todas as lutas que se seguirão: o ensino deve ser ministrado apenas em universidades públicas, gratuitas que associem ensino e pesquisa, com autonomia de gestão e escolha de seus dirigentes pela comunidade acadêmica. Além disso, todos os cursos devem ser de graduação plena, com direito a bacharelado e diploma profissional, dando acesso a uma profissão regulamentada. Tudo o que tivesse fora deste parâmetro era considerado uma degradação do modelo e deveria ser extinto.

Com a derrota do movimento estudantil, o governo promove uma reforma no ensino superior. Entre as medidas tomadas estavam: fim da cátedra e reorganização interna pela criação de departamentos, introdução do sistema de créditos, divisão rígida dos alunos por cursos e a ampliação do acesso simplesmente multiplicando a matrícula nos mesmos cursos tradicionais, preservando a velha concepção de diploma profissional e conservando o mesmo tipo de ensino. Foi neste

período também que se iniciou o regime de trabalho docente em “tempo integral”, favorecendo, assim, a pesquisa e os programas de pós-graduação<sup>3</sup>.

Neste período houve um crescimento mais acelerado do setor privado do que do público. Enquanto este último aumentou suas matrículas em 260%, as instituições privadas tiveram um incremento de 512%. O setor privado passa a ter, assim, a maioria (60%) da participação em instituições de ensino superior. Isto se deve, segundo Durham (2005), porque o ensino superior no Brasil havia modificado-se muito e o desenvolvimento dos setores público e privado havia se dado em linhas divergentes.

Segundo a autora, o setor público brasileiro não foi capaz de incorporar as novas demandas de formação advindas do crescimento das camadas médias, das novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecnoburocracia estatal. As instituições privadas, por sua vez, foram capazes de atender a esta demanda porque se concentraram em cursos de baixo custo e estabeleceram exigências menores tanto para o ingresso quanto para a finalização dos mesmos.

Desde esta época, as instituições privadas de ensino superior se tornaram um empreendimento lucrativo. Muitas delas eram a extensão de cursos de nível médio e a lucratividade de tornar a educação uma mercadoria atraiu muitos empresários que visavam exclusivamente a rentabilidade de seus negócios. A mercantilização da educação tornou-se, assim, o reverso da moeda que tinha, no seu lado oposto, as universidades públicas, destinadas a um público mais qualificado, fornecendo um ensino mais generalista e pouco preocupado com as demandas mais imediatas do mercado de trabalho.

A lacuna existente foi, então, preenchida pelo mercado: uma educação empresarial voltada para o mercado e atendendo a demanda social de obtenção, com baixo custo, de um diploma e ter acesso às carreiras mais bem remuneradas do mercado. Vale ressaltar que esta é uma tendência que não foi seguida por todas as instituições de ensino privadas, já que as confessionais seguiam um modelo mais próximo das universidades públicas.

O final da década de 1970 assiste, assim, ao crescimento de

---

<sup>3</sup> A criação da CAPES e do CNPq ocorre na década de 1950 e é o primeiro grande incentivo, do governo federal, à pesquisa universitária.

um novo setor privado empresarial lucrativo, sem compromissos com a pesquisa ou com a qualidade do ensino, coexistindo com um setor não lucrativo que seguia mais de perto o modelo do setor público. Portanto, a maior proporção de cursos privados de Serviço Social criados neste período, concentrados nas zonas sudeste e sul do país e, em especial, em São Paulo, é absolutamente coerente com a dinâmica educacional vigente no país. Veja a tabela abaixo:

**Tabela 2. Distribuição de Cursos de Serviço Social por regiões brasileiras, segundo a divisão entre ensino público e privado – 1964-1979**

Regiões Brasileiras	Privado		Público		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sudeste	13	41,9	5	16,1	18	58,1
Sul	2	6,5	3	9,7	5	16,1
Nordeste	1	3,2	4	12,9	5	16,1
Centro-Oeste	1	3,2	2	6,5	3	9,7
Total	17	54,8	14	45,2	31	100,0

Fonte: INEP (2005)

Nota-se, ainda na tabela acima que somente na região sudeste o número de cursos privados superou o de cursos públicos. Esta é uma tendência que pode ser verificada desde o período anterior, como mostra a tabela 1 (com exceção dos dois cursos privados criados na região centro-oeste). A região sudeste assim, chega ao final dos anos 1970 com 52% dos cursos, sendo praticamente 70% privados. Os outros 48% dos cursos, espalhados pelas demais regiões do Brasil, principalmente nas regiões sul e nordeste que registram juntas 35,4% dos cursos. No entanto o percentual de cursos públicos e privados é inversa da registrada na região sudestes, sendo 70% dos cursos públicos e 30% privados. A abertura de cursos privados de Serviço Social na região sudeste esteve relacionado, desde a sua origem, com a mercantilização do ensino no Brasil, já que o curso destaca-se pelo seu baixo custo de reprodução.

**\* Período 1980-1994**

Nos anos oitenta (1980-1994) registram um número bem menor de cursos criados do que no período precedente. São 18

novos cursos, sendo 13 privados (72%) e 5 públicos (28%). As tendências dos períodos anteriores continua durante esta década, havendo uma grande concentração de cursos na região sudeste e sul (7 cursos ou 39% e 5 cursos ou 28%, respectivamente, totalizando 67% dos cursos). Vale ressaltar que todos os cursos criadas na região sudeste foram privados. Os curso públicos são criados no sul (3) e no centro-oste (2). No norte e nordeste são criados mais 2 cursos privados em cada região.

Um ponto de inovação deste período é a grande criação de cursos noturnos (Barreto, 1989). Estes passaram a criar espaços na universidade para alunos que já estavam inseridos no mercado de trabalho. Para muitos destes a realização de um curso de nível superior representava a possibilidade de mobilidade ocupacional e melhoria de rendimentos e bem-estar. Além disso, a baixa exigência escolar dos cursos noturnos privados facilitou o ingresso e a conclusão dos mesmos por parte dos alunos. Em 1986, 76,5% das matrículas no setor privado ocorriam nos cursos noturno, enquanto apenas 16% das matrículas no setor público dirigiam-se para este turno.

No âmbito privado, outra alteração importante foi o crescimento de federações de faculdades ou de faculdades integradas. Este fenômeno se verificou devido a autonomia que as universidades tinham em criar e extinguir cursos e vagas, podendo responder de forma mais ágil às demandas da clientela. Em 1980, eram 10 estabelecimentos deste tipo, subindo para 58 cinco anos depois e chegando a 74 em 1990. Já o crescimento do número de universidades privadas é próprio da segunda metade dos anos 1990, quando estas passam de 20 para 49 em todo Brasil. Além disso, estas novas universidades e federações são basicamente regidas pelo critério mercantil de ensino, distanciado do ensino típico das instituições públicas ou privadas e confessionais.

Apesar de a Constituição de 1988 estabelecer que todas as universidades deveriam ser autônomas, que a pesquisa, o ensino e a extensão seriam inseparáveis e que todo o ensino público, do básico ao superior, deveria ser proporcionado gratuitamente, os critérios utilizados pelo Conselho Federal de Educação (CFE) para reconhecer as novas universidades privadas não faziam nenhuma exigência neste sentido. As questões principais analisadas eram dois: infra-estrutura e amplitude dos campos de conhecimento abarcado pelos cursos oferecidos. Além disso, a constituição de

federações de escolas constituía-se como um passo anterior e necessário à formação das universidades privadas. Com estes critérios, cresceu o número de universidades privadas e não se melhorou, necessariamente, com isso a qualidade do ensino ministrado, nem a qualificação do corpo docente, nem o desenvolvimento de pesquisas.

Até 1994, entretanto, havia um pequeno predomínio de cursos privados de Serviço Social, com uma proporção bastante significativa de cursos públicos: são 54,2% de cursos privados e 45,8% com cursos públicos. Veja a tabela abaixo:

**Tabela 3. Distribuição de Cursos de Serviço Social por regiões brasileiras, segundo a divisão entre ensino público e privado – 1930-1994**

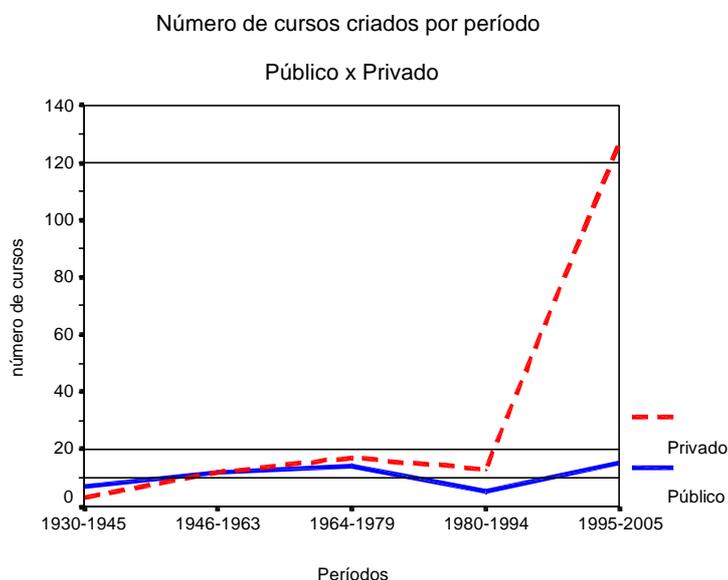
Regiões Brasileiras	Privado		Público		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sudeste	31	37,3	10	12,0	41	49,4
Nordeste	4	4,8	14	16,9	18	21,7
Sul	5	6,0	7	8,4	12	14,5
Centro-Oeste	3	3,6	4	4,8	7	8,4
Norte	2	2,4	3	3,6	5	6,0
Total	45	54,2	38	45,8	83	100,0

Fonte: INEP (2005)

A tabela acima é eloqüente quanto à representatividade do setor privado que criou cursos de Serviço Social na região sudeste. Eles representam 37,3% de todas as instituições de ensino no país e são, praticamente, 70% de todas as instituições privadas. Este grande contingente era contrabalançado pela presença de instituições públicas que estavam espalhadas por todo o território nacional. Na tabela acima é possível se observar que o maior número de instituições públicas ministrando cursos de Serviço Social não estavam na região sudeste, mas na região nordeste. Os investimentos públicos em educação, até este período, não seguiram os mesmos parâmetros que o setor privado adotou para abertura dos cursos.

### \* Período 1995-2005

A década entre 1995-2005 marcam um crescimento exponencial dos cursos privados no país, não ficando o Serviço Social fora desta tendência. O gráfico abaixo mostra a distribuição de cursos, segundo o caráter público ou privado da instituição de ensino, segundo a década de criação dos cursos.



No último período temporal considerado são 127 novos cursos privados de Serviço Social contra apenas 15 novos públicos, numa relação de 8,5 cursos privados para cada novo curso público. Novamente a região sudeste abarca 57,7% do total de cursos abertos no período.

O crescimento dos cursos privados trouxe também, desde a década de oitenta, o crescimento dos cursos noturnos. Segundo Durham (2005), estes passaram a criar espaços na universidade para alunos que já estavam inseridos no mercado de trabalho. Para muitos destes a realização de um curso de nível superior representava a possibilidade de mobilidade ocupacional e melhoria de rendimentos e bem-estar. Além disso, a baixa exigência escolar

dos cursos noturnos privados facilitou o ingresso e a conclusão dos mesmos por parte dos alunos. Segundo a mesma autora, em 1986, 76,5% das matrículas no setor privado, considerando todos os cursos de graduação do país, ocorriam nos cursos noturno, enquanto apenas 16% das matrículas no setor público dirigiam-se para este turno.

A tabela a abaixo mostra como no período entre 1995-2005 houve a criação de cursos privilegiadamente noturnos e privados.

**Tabela 4. Cursos Públicos e Privados versus Noturno e Diurnos – 1995 / 2005**

Público / Privado	Diurno		Noturno		Total	
	N	%	N	%	N	%
Privado	35	24,6%	92	64,8%	127	89,4%
Público	4	2,8%	11	7,7%	15	10,6%
Total	39	27,5%	103	72,5%	142	100%

Fonte: INEP, 2005

O total de cursos privados criados no período chegam a 89,4% e o de cursos noturnos a 72,5%, totalizando em 64,8% o percentual de cursos privados e noturnos no período. Dado o volume de cursos criados, este tipo de curso passa a ser predominante no país. Na tabela abaixo são computado todos os cursos desde os anos 1930 até os dias atuais.

**Tabela 5. Cursos Públicos e Privados versus Noturno e Diurnos – 1930 / 2005**

Turno	diurno		Noturno		Total	
	N	%	N	%	N	%
Privado	46	20%	133	57%	179	77%
Público	29	13%	24	10%	53	23%
Total	75	32%	157	68%	232	100%

Fonte: INEP, 2005

A maior parte dos cursos hoje existentes de Serviço Social está concentrada nas instituições privadas e nos cursos noturnos,  
200 *Serviço Social & Realidade, Franca, 16(1): 186-204, 2007*

como visto. Este predomínio, construído nos últimos 10 anos, fez com que o peso do setor público caísse de 44% para apenas 23%.

Como pode ser visto na tabela abaixo, o turno noturno cresce tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, embora em ritmo mais acelerado nestas últimas, em todo o Brasil.

**Tabela 6. Percentual de Alunos de graduação matriculados em cursos noturnos por tipo de instituição, Brasil, 1986-1999**

Tipo de Instituição	Ano		
	1986	1994	1999
Instituições Federais	16,0	18,7	21,4
Instituições Estaduais	42,6	45,8	46,3
Instituições Privadas	76,5	67,8	66,6
Total	61,2	54,6	55,0

Fonte: Durham, 2005

Por outro lado, o crescimento do setor privado já vinha deste a década de 1970. Entre 1980 e 1989 este setor já havia atingido 60% de participação no ensino superior, chegando a 69% em 2001, com o crescimento de 115% no total de matrículas. Já o setor público perde importância passando de 41,6% das instituições de ensino em 1994 para 31% em 2001. A diminuição do peso relativo do setor público se deve a não incorporação das propostas, formuladas pelo próprio Ministério da Educação, de criação de um sistema público de ensino de massa de qualidade que contrabalançasse com o elitismo inerente à exclusiva concentração em universidades de pesquisa.

Em 1996 é aprovada na nova Lei de Diretrizes e Bases da educação, a partir de uma proposta de Darcy Ribeiro, dando, em princípio, muito mais liberdade e flexibilidade para as instituições educacionais em todos os níveis para montar seus próprios conteúdos programáticos e para gerenciar seus próprios assuntos. Além disso, ratificou a necessidade de articulação entre ensino e pesquisa nas universidades e passou a exigir das universidades condições mínimas de qualificação docente e de regime de trabalho, sem os quais a pesquisa não poderia se implantar e desenvolver. Outra inovação foi a exigência de recredenciamento e reconhecimento periódicos das instituições de ensino superior, precedida de um processo avaliativo. Com este novo procedimento

houve a possibilidade de correção das distorções do sistema existente submetendo todas as instituições de ensino superior ao controle periódico do poder público e assegurando que uma qualidade mínima fosse mantida.

A nova legislação afetou pouco as universidades públicas que já desenvolviam atividades sistemáticas de pesquisa, bem como já tinham uma política de qualificação docente e de fixação dos quadros através do regime integral de trabalho. Para as universidades privadas, a nova legislação apresentou-se como uma ameaça de perda de status e autonomia.

As universidades privadas recrutaram seu pessoal docente já qualificado do contingente de professores que se aposentaram, com salário integral das universidades públicas. Houve, assim, uma migração dos quadros qualificados do setor público para o privado. Com isso, o setor privado se viu poupado de boa parte do ônus para qualificar seu próprio pessoal.

Houve também um esforço do setor privado em abrir cursos de pós-graduação, uma vez que ter o corpo docente com qualificação pós-graduada passou a ser cada vez mais importante para os organismos financiadores e avaliadores dos cursos. No entanto, dada a pouca tradição de pesquisa destas instituições e as exigências das agências reguladoras para aprovação dos cursos de mestrado e doutorado, as instituições privadas ampliaram a oferta de cursos de pós-graduação lato senso para os quais não há muito controle de qualidade. Além disso, estabeleceram convênios com instituições estrangeiras, disponibilizando cursos a distância e semi-presenciais.

Apesar destes e de outros esforços, as instituições privadas lucrativas (o que não inclui, necessariamente, as confessionais) enfrentam dois problemas centrais: a ausência de liberdade acadêmica e a apropriação da autonomia concedida às universidades por mantenedoras ou proprietários. Nelas, os docentes se tornam proletários do ensino, submetidos a todos os caprichos e determinações dos proprietários.

Por outro lado, as instituições públicas não demonstraram interesse em atender à demanda dos alunos que tinham terminado o segundo grau e não detinham um alto nível educacional. Houve muita resistência e pouca iniciativa na diversificação dos tipos de estabelecimentos e dos programas de ensino de forma a atender às necessidades de uma demanda heterogênea, seja através de cursos

de curta duração, profissionalizantes, à distância ou semipresenciais. Esta lacuna foi rapidamente ocupada pelo setor privado que fez deste nicho um mercado muito lucrativo.

A evidência de tipos diferentes de cursos de serviço social sendo ministrados no Brasil possibilita que alunos com perfis sociais distintos possam ingressar na profissão. Há, assim, a ampliação da base social de ingresso nos cursos de Serviço Social. Por outro lado, o crescimento dos cursos privados, tornando-se uma maioria no cenário nacional acarreta em conseqüências e repercussões para a profissão que ainda precisam ser pensadas pela categoria.

Se há uma relação entre perfil social dos profissionais de Serviço Social e a prática por eles estabelecida, então, a modificação destes parâmetros em âmbito nacional irão se refletir, em alguma medida (já que a relação não é imediata e direta) na dinâmica assistencial. Torna-se, portanto, imperioso analisar as alterações do perfil profissional e seus impactos na prática assistencial, à luz das transformações ocorridas na oferta de cursos de serviço social no país.

SIMÕES, J. P. Social Service courses in Brazil. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 16, n. 1, p. 186-204, 2007.

- *ABSTRACT: The Brazilian bibliography of social service has little investment in the appreciation of the history of the formation of their professional courses. The largest emphasis relapses in the genesis of the profession and it is bounded to the first two courses that are the starting point of the professionalization of the social attendance in Brazil. However, there was not an effort of the category in the analysis of the formation of the other courses the following decades and either an attendance of the professional profile. The present article seeks to present the numbers of the existent courses of social service in Brazil, giving emphasis to the separation between public and private courses.*
- *KEYWORDS: Social Service; Higher Education; History of the Social Service.*

### **Referências Bibliográficas**

BACKX, S. *Serviço Social: reexaminando sua história*. Rio de Janeiro: JC editora, 1994.

BARBOSA, L. *Igualdade e Meritocracia*. Rio de Janeiro, Fundação

Getúlio Vargas, 1999.

BARRETO, A. et. al. Sistema Educativo-cultural: uma visão prospectiva, in: *Para a Década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: IPEA, IPLAN, 1989.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1982.

DURHAM, E. R. Educação Superior, pública e privada (1808-2000). In: SCHWARTZMAN, S. e BROCK, C. (Orgs.). *Os Desafios da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. (estatísticas – vários anos). Acesso em dezembro de 2005.

SCHWARTZMAN, S. Os Desafios da Educação no Brasil. In: SCHWARTZMAN, S.; BROCK, C. (Orgs.). *Os Desafios da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SIMÕES, P. *Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil / Inglaterra*. São Paulo: Cortez, 2005.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4. ed., Belo Horizonte: UFMG, 1999. [Humanitas]

VIEIRA, B. O. *O Serviço Social: processos e técnicas*. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

Artigo recebido em agosto/2006. Aprovado em fevereiro/2007